



## **“Se o campo não planta, a cidade não janta”:** relato de experiência sobre um **Grupo de Consumo Responsável no interior paulista**

*"It is not a field not a plant, a city does not eat dinner": experience report about a Responsible Consumption Group in the interior of São Paulo.*

MARTINS, Bárbara<sup>1</sup>; SILVA, Ana Caroline Dias<sup>2</sup>; LACOWICZ, Melissa Moroski<sup>3</sup>; CUNHA, Amanda de Cássia da<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> FSP – Campus Piracicaba, barmartins7@gmail.com; <sup>2</sup> ITCP – UNICAMP, anadiassilva@gmail.com; <sup>3</sup> Coletivo de Produtoras Elizabeth Teixeira – MST, mellacowicz@gmail.com; <sup>4</sup> FT – UNICAMP, amanda\_cunha1@yahoo.com.br

### **Eixo temático: Economias dos sistemas agroalimentares de base agroecológica**

**Resumo:** Os Grupos de Consumo Responsável (GCRs) são organizações coletivas que unem a demanda por alimentos de qualidade com a necessidade de escoamento das comunidades rurais, proporcionando uma relação direta de quem produz com quem consome. O objetivo da experiência aqui relatada é a geração de renda de um coletivo composto majoritariamente por mulheres agricultoras do pré-assentamento Elizabeth Teixeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Limeira - SP. O coletivo comercializa os alimentos agroecológicos através de “feira-cota”, que possibilita a escolha dos produtos pelo consumidor dentro de um valor limite semanal, e também por cestas prontas. Tem-se como resultado que as feiras foram essenciais para a consolidação de uma organização coletiva das produtoras e para a mobilização do público consumidor, contudo, a comercialização dos alimentos no formato de cestas, proporcionou maior independência das produtoras em relação aos grupos apoiadores.

**Palavras-Chave:** Circuitos Curtos de Comercialização; Agroecologia; Economia Solidária.

**Keywords:** Short Circuits of Marketing; Agroecology; Solidarity Economy.

### **Contexto**

Os Grupos de Consumo Responsáveis, conhecidos como GCRs, são espaços em que ocorrem a venda de alimentos livres de agrotóxicos, em que não há nenhum tipo de intermediário entre o produtor e o consumidor final, ou seja, o comprador possui uma relação direta com o produtor do alimento que está adquirindo. Nessa configuração, a proposta é de que exista uma maior proximidade entre produtor e consumidor, que passa a conhecer a origem de seu produto, ato contrário à distribuição em massa de alimentos, geralmente transportados por longas distâncias até chegarem aos seus compradores finais (PISTELLI e MASCARENHAS, 2011).

Segundo Darolt (2016), as redes alimentares alternativas possuem características centrais que delimitam a organização e o funcionamento do grupo, como a cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, reenquadramento da produção e do consumo dentro de padrões sustentáveis, dinamização de mercados locais com identidade territorial e revalorização dos circuitos curtos de comercialização de alimentos de qualidade diferenciada, como é o caso de produtos



de base ecológica. Essas iniciativas são favoráveis para que movimentos sociais difundam a agricultura familiar e possam, a partir disso, recolocar no sistema agricultores que foram marginalizados após a industrialização da agricultura.

Dessa maneira, essas redes alternativas propiciam novos princípios de comercialização, como a troca de saberes, o conhecimento dos novos alimentos, como as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), e retomam alguns valores culturais e tradições. Ressalta-se a importância dessas redes para que o consumidor saiba a origem de seu alimento, a sua procedência e a sua qualidade, além de poder ter o contato direto com quem o produziu.

Partindo do princípio do direito à alimentação adequada e o direito a consumi-la, tiramos proveito da Economia Solidária, que a partir das leituras de Singer (2002) pode ser compreendida como uma forma mais justa de geração de trabalho e renda, em que há a gestão coletiva de todos os processos (desde a idealização até a execução das tarefas), a solidariedade e a cooperação entre as pessoas envolvidas nesse processo. É importante ressaltar que os GCRs baseiam-se na proposta de Economia Solidária e que possuem, em sua raiz, o comércio justo e de qualidade dos alimentos, preocupando-se com as relações de trabalho que são construídas entre os/as trabalhadores/as e com a terra.

A experiência aqui descrita tem como recorte o ano de 2016 a 2019 no acampamento Elizabeth Teixeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), junto com um grupo auto-organizado, atualmente composto em sua grande maioria por mulheres, no município de Limeira, São Paulo. Essa experiência de GCR foi realizada com o objetivo de geração de renda a partir dos circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos e da consolidação de um GCR.

### **Descrição da Experiência**

O Grupo de Consumo Responsável (GCR) em questão existe desde outubro de 2016, e foi idealizado a partir da articulação de vários parceiros do acampamento Elizabeth Teixeira. Essa iniciativa foi pensada a partir do momento em que houve a suspensão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) por movimentações políticas para barrar o processo de regularização do acampamento. A DAP garantia a participação dos/as produtores/as nas políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e cooperativismo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que eram a principal forma de escoamento produtivo desses/as agricultores/as. Com isso, houve uma diminuição brusca na renda mensal das famílias que forneciam os alimentos para o município de Limeira através desses programas.

Esse grupo de articuladores comprometeu-se em contribuir na organização e mobilização de pessoas dispostas a consumir alimentos livres de agroquímicos e



em transição agroecológica, além de compreenderem que essa iniciativa poderia contribuir, por meio dessa comercialização, com a possibilidade de colocar em discussão no município a temática da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, tendo em vista o preconceito que os moradores da cidade possuem em relação ao acampamento.

Os articuladores dividiram-se em duas frentes de trabalho: uma de ação direta com os/as produtores/as no acampamento e outra que ficaria responsável pela articulação com os consumidores na cidade. A primeira frente era encarregada pelo apoio na organização das entregas dos alimentos e planejamento da produção através de reuniões semanais com o Coletivo de Produtores/as. A segunda frente de trabalho, por sua vez, era responsável pelo contato com os consumidores, gestão financeira dos produtos, organização da feira e afins. Contudo, essas duas frentes de trabalho estavam conectadas, de forma que pudessem organizar as entregas do GCR.



**Imagem 1.** Registros da primeira entrega de alimentos realizada em 2016. Fonte: arquivo pessoal das autoras.

Há dois anos e meio o grupo se configura no formato de “feira-cota”, onde o consumidor paga antecipadamente um valor referente a um ciclo (com duração de 4 semanas, ou seja, um mês) no qual a retirada dos alimentos é realizada uma vez por semana. Neste esquema de “feira”, o/a consumidor/a escolhe qual será o valor que irá retirar os produtos por ciclo, dentro das seguintes possibilidades: cota de R\$50,00 por ciclo, com retirada de R\$10,00 em alimentos por semana; cota de R\$70,00 por ciclo, com retirada de R\$15,00 em alimentos por semana. Os R\$10,00 restantes de cada cota são utilizados para o pagamento do transporte dos alimentos do acampamento até o local da retirada e manutenção da estrutura do grupo de



consumo, com a compra de sementes, insumos e sacos plásticos para que os consumidores armazenem os alimentos no dia da retirada.

Na entrada das primeiras pessoas no grupo, realizou-se uma formação (Imagem 1) sobre consumo consciente e a importância dessa iniciativa para a luta da Reforma Agrária. Também foram realizadas avaliações com os/as consumidores/as sobre funcionamento do grupo, qualidade, diversidade e preço dos alimentos.

Escolheu-se inicialmente o modelo de “feira-cota” para comercialização, cuja vantagem é a possibilidade do dimensionamento, por parte do grupo articulador, da quantidade de alimentos a serem escoados a partir do número de consumidores confirmados. Esse modelo adotado possibilita tempo para um planejamento a fim de equilibrar a produção com a demanda e também viabiliza o poder de escolha das quantidades e variedades dos alimentos para quem está comprando, dentro das opções de cotas mensais.

Uma prática comum no GCR que gera muita troca de saberes, sabores e afetos são os pratos salgados, petiscos, sucos e doces que são preparadas para o dia da feira com os alimentos da época, em sua maioria não facilmente encontrados nos mercados e feiras convencionais e portanto pouco conhecidos no meio urbano. Essa prática se iniciou com as receitas das próprias agricultoras, que durante as entregas apresentavam aos/as consumidores/as alimentos desconhecidos pelo público preparando-os em algum prato, e continua acontecendo.

Outro ponto relevante é o fato das produtoras acompanharem a maioria das entregas de alimentos, propiciando um momento de extrema importância e potência à feira, tendo em vista que são nesses encontros que as trocas de experiências entre produtoras e consumidores é realizada e é colocado em pauta, portanto, o debate sobre a Reforma Agrária.

A partir de 2019 ampliou-se a forma de organização das entregas e, além do formato de “feira-cota”, também está ocorrendo a comercialização das cestas de alimentos. O ciclo da entrega das cestas também é baseado em 4 semanas, ou seja, é um pacote mensal, e as cestas podem possuir 3 tamanhos, sendo eles: Estudante ou P, onde paga-se R\$58,00 por ciclo (e recebe-se uma cesta com R\$12,00 em alimentos semanalmente); Trabalhadora ou M, onde paga-se R\$74,00 por ciclo (e recebe-se R\$16,00 em alimentos semanalmente); e a Família ou G, onde paga-se R\$90,00 por ciclo (e recebe-se R\$20,00 em alimentos semanalmente). Assim como com a “feira”, os R\$10,00 restantes de cada cota é utilizado para o pagamento do transporte dos alimentos do acampamento até o local da retirada, e manutenção da estrutura grupo de consumo com a compra de sementes, insumos e sacos plásticos para colocar os alimentos. Neste formato, as pessoas apenas retiram as cestas com os alimentos que já foram pré-selecionados. As cestas são organizadas pelas produtoras no acampamento, o que faz com que o grupo de articuladores seja apenas a ponte para que essa entrega aconteça.



**Imagem 2.** Organização das cestas de alimentos para a entrega. Fonte: arquivo pessoal das autoras.

Ao longo desses quase 3 anos, mais de 100 pessoas passaram por essa iniciativa de consumo, e foram comercializados cerca de 4 toneladas de alimentos.

## **Resultados**

Compreende-se que além da importância da produção de alimentos livres de agroquímicos e em transição agroecológica, um dos maiores objetivos dessa iniciativa foi a geração de renda para as produtoras, possibilitando assim a construção de novas relações familiares e de trabalho, mais justas, saudáveis e solidárias. Foi possível, ao longo desses 3 anos de GCR, perceber o aumento do número de consumidores e, proporcionalmente, um crescimento da renda na comercialização dos produtos. Isso contribuiu para o fortalecimento da organização interna do coletivo, para estreitar laços e relações colaborativas entre as agricultoras, para a autonomia das produtoras no que diz respeito à gestão financeira, e no fortalecimento de suas relações com a terra, que transcendem o trabalho enquanto sentido de subsistência e transformam o sentido para suas vidas.

Outro ponto relevante é a preocupação que o grupo de articuladores possui em relação à sustentabilidade dessa iniciativa, ou seja, anseio de que esse modelo de comercialização perdure e seja cada vez mais de autonomia das agricultoras. Esse foi um dos fatores que motivou a ampliação da experiência para as entregas das cestas, pois ela é organizada pelas produtoras em sua totalidade, ou seja, pode contribuir para um processo de maior emancipação e autonomia podendo, a longo prazo, ser uma alternativa possível e concreta para a gestão das agricultoras do início ao fim do processo.



Assim, a continuação desse trabalho visará a ampliação da comercialização dos alimentos produzidos por esse coletivo de mulheres, em concomitante ao trabalho contínuo de organização coletiva, para tornar o processo de escoamento de produtos sempre mais autônomo e de protagonismo das agricultoras.

### **Referências bibliográficas**

PISTELLI, R. S. S. e MASCARENHAS, T. S. **Organização de Grupos de Consumo Responsável**. Instituto Kairós, São Paulo, 2011.

DAROLT, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XIX, n. 2, p. 1-22, abr.-jun. 2016.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.